

## CONTEXTOS REFERENCIAIS EM NARRATIVAS DA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE DE ANÁFORAS INDIRETAS

### REFERENTIAL CONTEXTS IN AMAZONIAN NARRATIVES: AN ANALYSIS OF INDIRECT ANAPHORS

Heliud Luis Maia Moura <sup>1</sup>

#### RESUMO

Este artigo objetiva analisar anáforas indiretas presentes em narrativas amazônicas, considerando que essas anáforas constroem processos referenciais imersos no contexto em que tais narrativas são produzidas. As teorias que embasam este trabalho ancoram-se em Koch (2004; 2006; 2008); Marcuschi (2005; 2006; 2007); Schwartz (2000); Tesnière (1977); Tomasello (2003) e Moura (2013; 2017). As anáforas indiretas constituem atividades sociocognitivas e culturais, mobilizando-se processos como: anáforas indiretas (doravante AI) baseadas em relações semânticas inscritas nos SNs definidos e indefinidos; AI baseadas em papéis temáticos dos verbos; AI baseadas em elementos textuais ativados por nominalizações; AI baseadas em esquemas cognitivos e modelos mentais; AI baseadas em inferências ancoradas no modelo do mundo textual; AI sem antecedente cotextual, estando em jogo não somente estruturas textuais, mas também elementos imersos em contextos de referência. O *corpus*, em análise, relativo ao fenômeno em estudo, constitui-se de 5 (cinco) narrativas, constantes em 13 (treze) números da Revista Visagens, Assombrações e Encantamentos da Amazônia, de autoria de Monteiro (2000; 2002). Vale esclarecer que os números totais da revista foram editados entre os anos de 1997 a 2004, versando sobre: Boto, Cobra, Matintaperera, Curupira, Lobisomem e Assombrações e Visagens. As análises levam-me a concluir que os processos estudados são constitutivos dessas narrativas, reafirmando-se a premissa de que reconstróem significados simbólicos e sociocognitivos específicos.

**PALAVRAS-CHAVES:** Referenciação. Anáfora Indireta. Narrativas da Amazônia.

#### ABSTRACT

This article aims to analyze indirect anaphors present in Amazonian narratives, considering that these anaphors build referential processes immersed in the context in which such narratives are produced. The theories that support this work are anchored in Koch (2004; 2006; 2008); Marcuschi (2005; 2006; 2007); Schwartz (2000); Tesnière (1977); Tomasello (2003) and Moura (2013; 2017). Indirect anaphoras constitute sociocognitive and cultural activities, mobilizing processes such as: indirect anaphoras (hereinafter AI) based on semantic relations inscribed in defined and indefinite NPs; AI based on thematic roles of verbs; AI based on textual elements activated by nominalizations; AI based on cognitive schemas and mental models; AI based on inferences anchored in the textual world model; AI with no cotextual antecedent, with not only textual structures at stake, but also elements immersed in contexts of reference. The corpus, under analysis, related to the phenomenon under study, consists of 5 (five) narratives, contained in 13 (thirteen) issues of the Revista Visagens, Assombrações e Encantamentos da Amazônia, authored by Monteiro (2000; 2002). It is worth clarifying that the total issues of the magazine were edited between the years 1997 to 2004, dealing with: Boto, Cobra, Matintaperera, Curupira, Lobisomem and Assombrações and Visagens. The analyzes lead me to conclude that the processes studied are constitutive of these narratives, reaffirming the premise that they reconstruct specific symbolic and socio-cognitive meanings.

<sup>1</sup> Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2013), Mestrado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (2005), Especialização em Língua Portuguesa: uma Abordagem Textual (1997), Especialização em Docência no Ensino Superior (1993). Contato: [heliudlmm@yahoo.com.br](mailto:heliudlmm@yahoo.com.br)

**KEYWORDS:** Referral Process. Indirect Anaphors. Amazonian narratives.

## INTRODUÇÃO

Analisando, neste artigo, anáforas indiretas constitutivas de narrativas amazônicas, levando em conta o fato de que essas anáforas integram processos referenciais de natureza situada, ligadas aos contextos de produção desses artefatos sociossimbólicos. Tomo como referencial teórico as postulações de Koch (2004; 2006; 2008); Marcuschi (2005; 2006; 2007); Schwartz (2000); Tesnière (1977); Fillmore (1997); Tomasello (2003) e Moura (2013; 2017). Segundo tais autores, a referenciação, no campo das anáforas indiretas, constitui uma atividade sociocognitiva e cultural, na qual se mobilizam diferentes processos, mais precisamente no que concerne, de um modo geral, a tipos de relações semânticas; a papéis temáticos de verbos; nominalizações; esquemas cognitivos e modelos mentais e procedimentos inferenciais, estando em jogo, nesse caso, fatores não só especificamente textuais, mas também fatores de ordem sociocognitiva ligados aos contextos de referência nos quais as atividades de linguagem são produzidas e têm significado.

O *corpus*, do qual fiz o recorte para este trabalho, consta de 13 (treze) números da revista *Visagens, Assombrações e Encantamentos na Amazônia*, cujo autor é Walcyr Monteiro (2000; 2002). Esses números foram editados entre os anos de 1997 e 2004 e versam sobre histórias de Boto, Cobra, Matintaperera, Curupira, Lobisomem, Assombrações e Visagens. Os mencionados números foram publicados pela Editora Smith - Produções Gráficas, na cidade de Belém-PA. As narrativas contidas, nesse periódico, são criações/produções do citado autor e fazem parte do universo sociodiscursivo e cultural de comunidades amazônicas.

### 1 Fundamentos teóricos

Segundo Koch e Marcuschi (1998), a referenciação

é um processo realizado negociadamente no discurso e que resulta na construção de referentes, de tal modo que a expressão referência<sup>2</sup> passa a ter um uso completamente diverso do que se atribui na literatura semântica em geral. Referir não é mais atividade de “etiquetar” um mundo existente e inicialmente designado, mas sim uma atividade discursiva de tal modo que os *referentes* passam a ser *objetos-de-discurso* e não realidades independentes. Não quer isso dizer que tudo se transforma numa panaceia subjetivista, mas que a discretização do mundo pela linguagem é um fenômeno discursivo. Em outros termos, pode-se dizer que a realidade empírica, mais do que uma experiência estritamente sensorial especularmente refletida pela linguagem, é uma construção da relação do indivíduo com a realidade. (KOCH; MARCUSCHI, 1998, p.173).

Com base em Marcuschi (2007), postulo ser a referenciação um processo discursivo dinâmico pelo qual construímos e damos sentido ao mundo que nos cerca. Logo, por essa perspectiva, não há um mundo fixo, estabilizado e reificado, mas construído em linguagem, mais propriamente em objetos de discurso. Tais objetos são construídos/constituídos nas relações intersubjetivas, nas quais os referentes, em mobilização no universo biossocial, adquirem sentidos ligados às experiências dos indivíduos. Todos os sentidos, construídos nas interações, não estão dados ou prontos no sistema linguístico, mas atualizados nos contextos sociopragmáticos, sendo, portanto, negociados na atividade interativa. Dada a dinâmica das interações, os diferentes textos

---

<sup>2</sup> A expressão referência coaduna-se, no espaço deste artigo, com as concepções postuladas por Apothélóz & Reichler-Béguelin (1995, p. 265), conforme expresso em Koch (2006).

reconstroem, a partir dos contextos em que estão imersos, múltiplas e infinitas significações, num processo instável e dinâmico de retroação e prospecção, o que se dá por meio de anáforas correferenciais, associativas e indiretas, sempre engatilhadas ao modelo do mundo textual, mas nem sempre atualizadas sociopragmaticamente do mesmo modo como são construídas neste, verificando-se, portanto, nesses fenômenos, especificações de sentidos-formas, coadunadas com a natureza das situações intercomunicativas em que acontece o ato interativo.

De acordo com Mondada & Dubois (2003),

o problema não é mais, então, de se perguntar como a informação é transmitida ou como os estados do mundo são representados de modo adequado, mas de se buscar como as atividades humanas, cognitivas e linguísticas estruturam e dão um sentido ao mundo. Em outros termos, falaremos de *referenciação*, tratando-a, assim como à categorização, como advindo de práticas simbólicas mais que de uma ontologia dada. Como diz Rastier, a referenciação não diz respeito a “uma relação de representação das coisas ou dos estados de coisas, mas a uma relação entre o texto e a parte não-linguística da prática em que ele é produzido e interpretado” (1994:19). Estas práticas não são imputáveis a um sujeito cognitivo abstrato, racional, intencional e ideal, solitário face ao mundo, mas a uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo. (MONDADA & DUBOIS, 2003, p. 20)

Na esteira de Mondada & Dubois (2003), a referenciação é muito mais do que uma prática designadora do mundo, mas, sim, uma atividade de construção ou reconstrução, pela linguagem, de objetos de discurso já (re)categorizados nas mais diferentes instâncias sociossimbólicas de produção de significados, sejam estes verbais ou de outras construções semióticas. Logo, a referenciação é uma atividade simbólica complexa, multifacetada e instável, já que implica uma mudança constante no que diz respeito à referência. A prática de referenciar envolve sempre a relação dos indivíduos com outros indivíduos e com o mundo em que estão situados, não constitui uma prática de rotulação ou etiquetagem dos objetos sociais e culturais, mas é, sobretudo, uma ação linguístico-discursiva e interativa pela qual os sujeitos dão significado às relações existentes nos vários lugares por onde transitam.

Ainda para Mondada & Dubois (2003),

a literatura científica é atravessada pela constatação de um grande número de divergências entre a linguagem ou o conhecimento humano e o mundo, entre os nomes, seus sentidos comuns, seus usos, seus conceitos e as “coisas”. A perspectiva utópica (ou nostálgica) de uma cartografia perfeita entre as palavras e as coisas considera, de uma parte, não somente que os objetos são estáveis e dados *a priori* de um ponto de vista extensional (e perceptual), mas também que eles têm prioridades “essenciais”, “intrínsecas” e “inerentes” que são mantidas mesmo quando o objeto evolui percentualmente ao “sofrer” transformações materiais (ver Schnedecker e Charolles, 1994). De outra parte, esta perspectiva tende a interpretar as atividades do sujeito como marcadas pelas “negligências”, pelas “faltas de precisão”, pelas “dificuldades em nomear” ou mesmo pelos “erros” e “insucessos”, imputáveis também às imperfeições das línguas “naturais” (em posição às línguas sagradas ou artificiais).”, ou às más realizações, à incompletude de um sistema cognitivo imperfeito (popular, ignorante, até mesmo patológico ou, não há muito tempo, herético). (MONDADA & DUBOIS, 2003, p. 21 e 22).

Com base nas autoras em citação, é válido postular que as alterações perceptuais relativas aos objetos, seres, fatos, ações e eventos não acontecem de modo natural e não são fruto de uma

nomeação dada *a priori* pelos sujeitos. Por essa perspectiva, categorizar e referenciar são ações que envolvem diferentes visões sobre as coisas e o mundo, o que vai depender dos objetivos carreados pelos sujeitos em suas várias interações. Como não há uma relação biunívoca e colada entre linguagem e mundo, a referenciação constitui um processo constante de “avaliação” do mundo pelos sujeitos. Assim, as anaforizações são construídas em sentidos múltiplos, diferenciados e incompletos acerca de indivíduos, coisas, eventos e ações. Logo, as práticas referenciais anafóricas não implicam simplesmente uma remissão pontualizada nem retomada estrita, já que referenciar constitui uma atividade de reconstrução semântico-discursiva atrelada às diferentes facetas de um mesmo sujeito ou objeto, na sua relação com outros sujeitos, o que vai depender dos contextos em que tais sujeitos ou objetos estão inseridos.

Mondada & Dubois (2003) afirmam também que

tais variações no discurso poderiam ser interpretadas como dependentes da pragmática da enunciação, mais que da semântica dos objetos. Neste caso, elas deveriam afetar os objetos sociais, mais do que os objetos psíquicos, cuja semântica poderá ser considerada como escapando à ideologia, como mais precisa estável, senão até ligada a valores de verdade. De fato, argumentar-se-á não somente que não é nada disso, que os objetos sociais não são um desvio do modo “normal” de referir, mas que, de modo simétrico, trata-se de considerar a referência aos objetos do mundo psíquico e natural, no âmbito de uma concepção geral do processo de categorização discursiva e cognitiva tal como eles são observáveis nas práticas situadas dos sujeitos. (MONDADA & DUBOIS, 2003, p. 23)

De acordo com as autoras em citação, a prática referencial não constitui uma mera nomeação do mundo natural, como se a referência tivesse uma imanência, um valor previamente dado pelo mundo psíquico e natural; no entanto, conforme essas estudiosas, a categorização discursivo-referencial é fruto de processos sociocognitivos historicamente construídos, sendo tais processos observáveis nas práticas situadas dos sujeitos, pelas quais também se constituem em sentido, ao mesmo tempo em que dão sentido ao mundo em que se mobilizam cotidianamente.

Koch (2004) afirma que

a referenciação constitui, assim, uma atividade discursiva. O sujeito, por ocasião da interação verbal, opera sobre o material lingüístico que tem à sua disposição, operando escolhas significativas para representar estados de coisas, com vistas à concretização de sua proposta de sentido (Koch, 1999, 2002). Isto é, os processos de referenciação são escolhas do sujeito em função de um querer-dizer. Os objetos-de-discurso não se confundem com a realidade extralingüística, mas (re)constróem-na no próprio processo de interação. Ou seja: a realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele: interpretamos e construímos nossos mundos por meio da interação com o entorno físico, social e cultural. Assim sendo, defendemos a tese de que o discurso constrói aquilo a que faz remissão, ao mesmo tempo em que é tributário dessa construção. Como dissemos, todo discurso constrói uma representação que opera como uma memória compartilhada (memória discursiva, modelo textual), “publicamente” alimentada pelo próprio discurso (APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1999), sendo os sucessivos estágios dessa representação responsáveis, ao menos em parte, pelas seleções feitas pelos interlocutores, particularmente em se tratando de expressões referenciais. (KOCH, 2004, p.61)

Moura, ao se reportar à citação de Koch (2004), afirma que “a referenciação constitui um conjunto de estratégias por meio das quais o sujeito dá sentido ao mundo biossocial, não só

reconstruindo-o por meio de suas interações, mas imprimindo novas significações a significados sociais (linguisticamente revestidos) já estabelecidos” (Moura, 2017, p.199). Assim, posso afirmar que a referenciação constitui um movimento semântico dinâmico por meio do qual as categorias circulam no universo biossocial; como essas categorias são fluidas, transformáveis e, sobretudo, mutáveis, a atividade de referenciar não está na dependência da relação entre elementos lexicais, morfossintáticos ou sintáticos, mas atrelada a fatores de ordem semântico-discursiva, sociocognitiva e cognitivo-cultural, o que implica dizer que a construção da referência se constitui por estratégias de perspectivação, reconstrução e transformação de significados em circulação nos vários discursos constitutivos das mais diferentes práticas sociais.

Ao se fazer a conexão entre aspectos teóricos da cognição cultural postulados por Tomasello (2003) e teorizações acerca de processos cognitivos envolvidos nos processos referenciais, vejamos o que nos propõe o citado autor:

Mas o mundo cultural humano nem por isso está livre do mundo biológico, e, na verdade, a cultura humana é um produto evolucionário muito recente, só tendo passado a existir, ao que tudo indica, há algumas centenas de milhares de anos. O fato de a cultura ser um produto da evolução não significa que cada um dos seus aspectos específicos tenha um suporte genético especializado; não houve tempo suficiente para isso. Um cenário mais plausível é que todas as instituições culturais humanas estão assentadas sobre a capacidade sociocognitiva biologicamente herdada por todos os homens de criar e utilizar convenções e símbolos sociais. Contudo, essas convenções e esses símbolos sociais não são uma varinha mágica que transforma a cognição primata não-humana em cognição humana instantaneamente. A cognição adulta moderna do gênero humano é o produto não só de eventos genéticos que ocorreram ao longo de muitos milhões de anos no tempo evolucionário, mas também de eventos culturais que ocorreram ao longo de dezenas de milhares de anos no tempo histórico, e eventos pessoais que ocorreram ao longo de muitas dezenas de milhares de horas no tempo ontogenético. O desejo de evitar o árduo trabalho empírico necessário para comprovar esses processos intermediários que ocorrem entre o genótipo e o fenótipo humanos é muito forte, e provoca esse tipo de determinismo genético fácil que impregna boa parte das ciências sociais, comportamentais e cognitivas dos tempos atuais. Os genes são uma parte essencial da história da evolução cognitiva humana, talvez, de certos pontos de vista, até a parte mais importante da história já que são o que manteve a bola rolando. Mas não são a história toda, e desde que começou a rolar, a bola já percorreu um longo caminho. De modo geral, as desgastadas velhas categorias filosóficas de natureza *versus* educação, inato *versus* adquirido, e até as genes *versus* ambiente simplesmente não dão conta da tarefa – são estáticas e categóricas demais – se nossa meta for uma explicação darwiniana dinâmica da cognição humana em suas dimensões evolucionária, histórica e ontogenética. (TOMASELLO, 2003, p.302-303)

Para Moura (2013), estabelecendo-se um contraponto entre os suportes teóricos relativos à cognição cultural e bases teóricas defendidas por autores ligados à sociocognição, dentre os quais Koch e Marcuschi, no âmbito específico das atividades referenciais, proponho como relevantes as seguintes projeções, citadas em Moura (2013):

- (i) é possível afirmar que os processos referenciais são produtos de estruturas cognitivo-simbólicas ligadas a eventos genéticos ocorridos no tempo evolucionário, mas também a eventos históricos e a eventos pessoais ocorridos no tempo ontogenético;
- (ii) diante do que foi exposto em (i), é possível afirmar que os processos referenciais sofreram (sofrem) restrições ocasionadas por fatores genético-

evolucionários, culturais/históricos e ontogenéticos, o que lhes concede um caráter de mutabilidade e singularidade quando de sua mobilização nas diferentes atividades verbais;

(iii) diferenças sociodiscursivas e textuais existentes entre os eventos comunicativos podem implicar também diferenciações quanto ao uso de estratégias referenciais, o que se dá em razão de fatores socioculturais e históricos envolvidos na construção de tais eventos;

(iv) o estudo dos recursos referenciais nos vários textos implica a perspectiva de que estes são artefatos culturais e históricos e que, portanto, esses recursos não são meros artifícios estruturais ou semântico-lexicais e, sim, formas simbólicas de reconstrução das relações sociais. (Moura, 2013, p. 131)

Os itens apresentados reafirmam a ideia de que a referenciação é uma atividade interacional, socioconstrutiva e reconstrutora das relações sociais inerentes ao mundo cultural. Por essa perspectiva, postulo que os atos de referenciação, em seus variados modos, constituem instrumentos linguístico-discursivos de inserção dos indivíduos nos espaços interativos, que não se apresentam somente como interpessoais e mais restritos, mas acima de tudo, de âmbito coletivo, intercultural e institucional em que os significados das ações desses indivíduos ativam e reativam sentidos construídos nessas mesmas relações, conforme afirmado em Moura (2013), quando da análise de processos referenciais.

De acordo com Koch (2004):

Na constituição da memória discursiva, estão envolvidas, como operações básicas, as seguintes estratégias de referenciação:

1. Construção/ativação: pela qual um “objeto” textual até então não mencionado é introduzido, passando a preencher um nódulo (“endereço” cognitivo, locação) na rede conceitual do modelo de mundo textual: a expressão linguística que o representa é posta em foco na memória de trabalho, de tal forma que esse “objeto” fica saliente no modelo.
2. Reconstrução/reativação: um nódulo já presente na memória discursiva é reintroduzido na memória operacional, por meio de uma forma referencial, de modo que o objeto-de-discurso permanece saliente (o nódulo continua em foco).
3. Desfocalização/desativação: ocorre quando um novo objeto-de-discurso é introduzido, passando a ocupar a posição focal. O objeto retirado de foco, contudo, permanece em estado de ativação parcial (*stand by*), podendo voltar à posição focal a qualquer momento; ou seja, ele continua disponível para utilização imediata na memória dos interlocutores. Cabe lembrar, porém, que muitos problemas de ambiguidade referencial são devidos a instruções pouco claras sobre com qual dos objetos-de-discurso presentes na memória a relação deverá ser estabelecida. (KOCH, 2004, p. 62)

Os três princípios propostos pela autora, analisados sucintamente em Moura (2017), constituem estratégias sociocognitivas fundamentais por meio das quais compreende-se o funcionamento de outras subestratégias relativas aos processos referenciais, já que estes são complexos, heterogêneos e variáveis, mobilizando-se em dependência de fatores contextuais, pragmáticos ou interacionais quando da produção de textos orais e escritos. Podemos postular que eles abarcam um conjunto variado de recursos referenciais, consorciados com os fatores sociocognitivos em jogo na construção do modelo do mundo textual. Este último, não sendo fixo e estável, pode apontar para alguns elementos recorrentes, passíveis de integrá-lo.

Segundo Koch (2004), existem formas de ativação de referentes no modelo textual. Para a autora, são estes os processos em jogo na ativação de referentes:

A introdução será não-ancorada quando um objeto-de-discurso totalmente novo é introduzido no texto, passando a ter um “endereço cognitivo” na memória do interlocutor. Quando representado por uma expressão nominal, esta opera uma *categorização* do referente [...]

Tem-se uma ativação “ancorada” sempre que um novo objeto-de-discurso é introduzido, sob o modo do dado, em virtude de algum tipo de associação com elementos presentes no cotexto ou no contexto sociocognitivo, passível de ser estabelecida por associação e/ou inferência. Estão entre esses casos as chamadas anáforas associativas e as anáforas indiretas de modo geral. (KOCH, 2004, p. 64-65)

De acordo com Moura (2017), com base Koch (2004; 2008), Marcuschi (2005) e Schwarz (2000), os processos, em questão, são macroestruturas sociocognitivas por meio das quais se observa a presença de subestruturas em atuação nas práticas referenciais, verificando-se diferenças consorciadas com o estatuto semântico-discursivo específico de expressões ligadas a essas subestruturas. No âmbito dessas subestruturas ou subprocessos, tem-se a presença de anáforas associativas e de anáforas indiretas. No caso das primeiras, na perspectiva de Koch (2008), observam-se construções discursivas nas quais há a presença de um elemento anafórico sem antecedente literal lexicalizado; logo, não conectado morfossintaticamente a um SN<sup>3</sup> antecedente, sua presença requer um *denotatum* implícito, o qual é reconstituído por um procedimento de inferência a partir da estrutura anterior. As segundas, conforme Marcuschi (2005) e Schwarz (2000), constituem-se de expressões definidas, como também de expressões indefinidas e pronominais, que são dependentes de compreensão em relação a certas expressões ou informações contidas na estrutura textual anterior ou posterior e que assumem duas funções referenciais textuais: a inserção de novos referentes ainda não nomeados explicitamente, assim como a continuidade da relação referencial mais ampla.

Assim, os processos, em questão, fazem parte de estruturas sociocognitivas pelas quais mobilizam-se diferentes atividades referenciais, coadunadas com a natureza da atividade discursiva em andamento numa determinada interação, realizando-se, nesses contextos, as denominadas anáforas associativas e as anáforas indiretas. Quanto às anáforas indiretas, Marcuschi (2005) e Schwartz (2000) as definem como expressões linguísticas não ancoradas na estrutura textual, mas dependentes de fatores sociocognitivos e sociopragmáticos ligados aos contextos sociais e culturais nos quais a atividade discursiva se realiza. Nesse sentido, não há pontualizações estritas para a realização de processos referenciais indiretos, convocando-se, nesse caso, sentidos atrelados às condições em que opera a atividade verbal. Logo, tais sentidos não estão diretamente marcados na estrutura linguística, mas já previamente dados por fatores de âmbito contextual. Disso decorre, a dinâmica em que operam as mais diversas anáforas indiretas.

Segundo as afirmações de Koch (2006), com base nas proposições de Schwarz (2000):

As anáforas indiretas têm recebido na literatura diversas denominações: inferenciais, mediatas, profundas, semânticas, associativas. Adoto aqui a denominação de anáforas indiretas, seguindo a argumentação de Schwarz (2000), de que existem diferentes tipos dessas anáforas, que podem ser classificadas com base nas operações cognitivas e representações de conhecimentos necessárias à sua interpretação. Segundo a autora, muitas anáforas indiretas não são explicáveis por simples relações de associação (termo que, inclusive, ainda careceria de melhor esclarecimento), mas sim por complexos processos conclusivos, que não se resumem à relação associativa. Defende a posição de que nem toda a anáfora indireta depende de processos inferenciais, já que estes, para ela, se resumiriam àqueles processos cognitivos que ativam informações representadas na memória enciclopédica dos

<sup>3</sup> SN – sintagma nominal.

interlocutores. Tais inferências seriam de dois tipos: 1. ativação de conhecimentos de mundo armazenados na memória de longo termo para a desambiguação, precisão ou complementação de unidades e estruturas textuais;

2. a construção de informações, ou seja, a formação dinâmica e dependente de contexto (“situada”) de representações mentais, com vistas à construção do modelo de mundo textual. (KOCH, 2006, p. 108)

Acrescentando às afirmações de Koch, postulo serem as anáforas indiretas expressões referenciais nas quais não se tem um elemento diretamente ancorado no contexto, cuja recuperação está na dependência da ativação de processos cognitivos ligados a fatores contextuais, sociopragmáticos ou situacionais, assim como a conhecimentos de mundo comuns aos sujeitos da interação, conforme afirmado em Moura (2017), também no âmbito das anáforas indiretas. Acrescento, ainda, que as anáforas indiretas constituem recursos semântico-pragmáticos e discursivos, por meio dos quais cadeias de sentido se interconectam, não por estratégias correferenciais estritas de natureza lexical ou morfossintática, mas por interconexões semânticas indiretas, por retomadas de ordem sociocognitiva, dependentes de fatores sociocognitivos e culturais mobilizados pelos interactantes no processo de (re)construção de sentidos carreados nos diversos espaços de produção de linguagem.

Segundo Koch (2006), tendo por base as concepções de Schwarz (2000), os tipos de anáforas indiretas são variados, tendo-se, nesse âmbito, tipos mistos de casos oscilantes ou pouco definíveis. Há casos em que a ancoragem pode se dar por meio de expressões linguísticas complexas em nível sintático, semântico e conceitual bastante diverso.

Koch (2006) propõe a seguinte classificação das anáforas indiretas:

- (i) de tipo semântico – baseadas no léxico;
- (ii) de tipo conceitual – baseadas em conhecimentos de mundo (esquemas ou *frames*);
- (iii) de tipo inferencial – tendo por bases inferências.

Para Koch (2006), no quadro dos tipos semânticos e inferenciais, há aqueles que fazem parte de estágios intermediários e que podem ser organizados de forma gradual, dentro de uma escala referencial-textual indireta.

Tendo em conta as concepções acima expostas, proponho como relevantes e coerentes as seguintes considerações sobre o estatuto discursivo-referencial das anáforas indiretas:

(i) os tipos e subtipos de anáforas indiretas estão ligados a domínios textuais de referência, realizando-se no próprio contexto, assim como por meio de indiciamento, estruturando-se, neste último caso, por meio de formas nominais e/ou verbais;

(ii) os citados domínios referenciais ancoram estruturas textuais a elementos contextuais de âmbito situado, o que facilita a compreensão de certos tipos de ancoragem;

(iii) as anáforas indiretas, em grande parte, apresentam relações do tipo parte-todo, as quais fazem parte de campos ou domínios semânticos conjugados, sendo passíveis de recuperação por meio de estratégias de contextualização e inferenciação;

(iv) as anáforas indiretas são recursos estruturantes da cadeia referencial própria de um dado texto, de forma a caracterizar a atividade sociodiscursiva e sociointerativa colocada em execução dentro de um domínio ou universo contextual de referência.

Conforme posto acerca das anáforas indiretas, proponho que estas fazem parte de um macroprocedimento de construção das atividades referenciais requeridas pelas produções textuais, em que as ancoragens indiretas ou não correferentes apresentam-se como constituintes da natureza específica das atividades verbais, o que reafirma a noção de que a língua e a linguagem primam pela incompletude, sendo, portanto, contingenciadas pelos contextos em que estão inseridas.

## 2 Metodologia



Este trabalho constitui uma análise textual, de base sociocognitiva, acerca de anáforas indiretas. Para isso, utilizo-me de excertos de 5 (cinco) narrativas contidas na revista *Visagens, Assombrações e Encantamentos da Amazônia*, de autoria do escritor paraense Walcyr Monteiro (2000; 2002). Levando em conta o meu interesse relativo à referência cultural amazônica, fiz a escolha, para este artigo das 5 (cinco) narrativas supracitadas, que versam sobre as seguintes entidades: Matintaperera, Curupira e Lobisomem, assim como acerca de assombrações e visagens propriamente ditas. Os números da citada revista foram publicados pela Editora Smith – Produções Gráficas, na cidade de Belém-PA. Todas as histórias constantes, nessa revista, são (re)criações do mencionado autor, recriações estas ancoradas no universo sociodiscursivo e cultural amazônico.

Nas análises, aqui implementadas, utilizo 6 (seis) exemplos de 5 (cinco) narrativas: 2 (dois) exemplos de Assombrações e Visagens, propriamente ditas; 1 (um) de Lobisomem e 3 (três) de Matintaperera. As anáforas indiretas, aqui descritas, constituem uma tipologia construída por Schwarz (2000) e ampliada por Marcuschi (2005), da qual me utilizo para a análise do *corpus* sob investigação.

Vale ressaltar, que o *corpus* inicial da pesquisa constituiu-se de 65 (sessenta e cinco) narrativas, no entanto, fiz uma delimitação desse *corpus* para 26 (vinte e seis) narrativas, delimitando ainda mais esse *corpus* para 18 (dezoito), das quais utilizo 5 (cinco) narrativas, valendo-me de 6 (seis) excertos dessas histórias, para exemplificar o fenômeno em estudo.

### 3 Análise das anáforas indiretas

Schwarz (2000) propõe uma tipologia das anáforas indiretas, que é modificada por Marcuschi (2005). Assim, de acordo com a proposta de Marcuschi (2006), faço a interpretação de algumas anáforas indiretas presentes no *corpus* em estudo. As análises, aqui realizadas, têm por base a classificação geral abaixo, no entanto, nem todos os tipos, a seguir elencados, são analisados neste artigo:

1. AI baseadas em relações semânticas inscritas nos SNs definidos e indefinidos;
2. AI baseadas em papéis temáticos dos verbos;
3. AI baseadas em elementos textuais ativados por nominalizações;
4. AI baseadas em esquemas cognitivos e modelos mentais;
5. AI baseadas em inferências ancoradas no modelo do mundo textual;
6. AI sem antecedente cotextual.

Os tipos arrolados acima podem ser considerados mais recorrentes, incluindo-se, em tais usos, subtipos, o que justifica a colocação de mais de um exemplo de cada tipo, referendando-se variações no que se refere à classificação proposta neste trabalho; no entanto, nem todas essas subclassificações são objeto de análise neste artigo.

Vejam-se, a seguir, os excertos das narrativas em exemplo e as análises da AI contidas nesses excertos:

Observe-se a narrativa 1:

#### A Ladainha do São Benedito

Bragança, como é por demais sabido, é um município devoto de São Benedito. Pois bem, a localidade de Campo de Baixo não podia ser diferente. Lá também cultuavam e faziam festa para São Benedito. E foi justamente no dia de uma ladainha para São Benedito que... Ah! Ia esquecendo! Naqueles dias de um ano qualquer da década de cinquenta, que Aguinaldo não se lembra com precisão qual foi, ouviam, à noite, o assobio de *uma Matinta Perera*. E os moradores se perguntavam: - Quem poderia ser? Afinal, nas localidades pequenas, todo mundo conhece todo mundo e não faziam ideia de qual *moradora* carregava a sina de virar *Matinta Perera*. Naquele dia, ou melhor, naquela noite distante, os moradores de Campo de Baixo, reunidos em ato de fé, realizavam uma ladainha

para São Benedito e se locomoviam de um lugarejo para outro, rezando sempre. *De repente ouviram o bater de asas e, ao olharem para cima, viram ainda um pássaro de regular tamanho, com grandes asas semelhantes a ameaçaba* (tipo de porta usada no interior feita de palha trançada) como que se atrapalhar e cair na mata, bem em cima de um tucumanzeiro. Quase que a ladainha acaba: todos praticamente correram para ver do que se tratava e, ao chegarem no dito tucumanzeiro, qual a surpresa: lá estava D. Chiquinha, *conhecida lavradora do local*, toda ferida, gritando muito, pedindo socorro, que a livrassem dos espinhos e das palmas do tucumanzeiro... Foi uma luta para tirarem D. Chiquinha de lá de cima, o que só foi conseguido com muita dificuldade... E, por mais incrível que pareça, D. Chiquinha, a *Matinta Perera de Campo de Baixo*, sobreviveu... Mas deixou uma lição: Lobisomem ou Matintaperera não podem ver coisas sagradas nem ouvir nem pensar o nome de Deus, que o encanto se desfaz na hora! E foi o aconteceu com D. Chiquinha: ela, como Matintaperera, estava cumprindo a sua sina, porém, ao sobrevoar a ladainha de São Benedito, olhou para baixo, ouviu o nome de Deus, o encanto se desfez, e já em *forma de gente*, despencou lá de cima, caindo no tucumanzeiro.

A narrativa 1, referente à Matintaperera, possui um estatuto simbólico significativo, daí ser agrupada no conjunto das narrativas sob análise. Tais narrativas são bastante recorrentes no contexto amazônico, regulando determinadas práticas ainda recorrentes nesse contexto.

Os dois exemplos, acima colocados, são de anáforas indiretas construídas por relações semânticas realizadas por meio de SNs definidos e indefinidos. Na narrativa 1, a relação anafórica vai do SN definido para o indefinido. Assim, o referente temático anaforizante no tópico discursivo em andamento: D. Chiquinha, ativado da memória discursiva e recategorizado pelas expressões *conhecida lavradora do local; Matinta Perera de Campo de Baixo; Matinta Perera e forma de gente* recuperam os elementos mais genéricos *uma Matinta Perera, moradora, o bater de asas, um pássaro de regular tamanho, grandes asas semelhantes a ameaçaba*, postos anteriormente na cadeia textual, observando-se, nesse caso, uma relação específico/genérica no processo de construção da referência ligada à entidade Matintaperera. Não temos, portanto, uma relação fechada em termos léxicos, pois a gradiência semântica opera em função do modelo do mundo textual no qual a narrativa é construída, em outras palavras, um modelo em que mulheres como D. Chiquinha, provavelmente uma senhora idosa, têm a propriedade ou atributo de se transformar em Matintaperera, conforme já existente sociocognitivamente e discursivamente em narrativas de Matinta em circulação no universo amazônico, no qual narrativas, como as narrativas em estudo, foram coletadas.

Observe-se a narrativa 2, primeiro excerto:

#### A Velha Belízia

*Belízia* era o nome dela. Ela sempre dizia: – “Olha, qualquer dia desses vais apanhar de *Matinta Perera*...!”

E eu respondia: – “Não vou apanhar, não! Eu não vou mexer com ela”.

E assim o tempo ia passando. *A velha Belízia* dizendo que eu ia apanhar e eu dizendo que não, pois não mexia com *nenhuma Matinta Perera*...

Quem assim vai falando é Djalma Nogueira dos Santos, mais conhecido por DD, velho morador do Mosqueiro, onde trabalha como caseiro e que foi o narrador da história anterior.

- Em certo dia, à boca da noite, caiu uma chuva pros lados do Chapéu Virado e eu corri para casa de um amigo meu para esperar que passasse. Seriam 9 horas quando estiou e eu resolvi ir embora. Aí ele me deu um pedaço de pau para me proteger, dizendo que eu segurasse na mão, pois pela vizinhança tinha uns cachorros muito brabos.

Eu ia do Chapéu Virado para a Estrada do Natal do Murubira. Saí da casa do amigo, e tinha uns vinte metros que eu ia andando, quando ouvi *a bicha* (a

*Matinta Perera*) assobiar na minha frente. Aquilo parece que me levantou. E eu disse comigo: – “Ó, meu Deus, será que é hoje?”.

A noite escura, não se via nada e davam aqueles relâmpagos a assustar mais ainda. E eu ouvia aqueles assobios, ora a minha frente, ora atrás de mim. Eram uns *assobios fortes*:

– *Firifjifjuuuu...*

Continuei andando, e *os assobios* me seguindo. De vez em quando *ela dobrava*:

– *Firifjifjuu... Firifjifjuuuu...*

E assim *continuamos*, eu andando, *ela* me *seguindo* e *assobiando*, até mesmo passando *a casa dela*. Depois *aquilo se afastou* e eu fiquei tranquilo. Deixei passar o tempo... *Não assobiou mais*. Não ouvi mais nada. Aí retomei meu caminho. No que me afastei da casa de meu tio e peguei o caminho de casa, *os assobios recomeçaram* e aí é que *ela assobiou forte* e eu fiquei apavorado. Mas também foi *só aquilo*. Quando ouvi de novo, *o assobio já estava longe...*

Na narrativa 2, primeiro excerto, a expressão *Belízia* introduz a referência, que é logo depois anaforizada pela forma pronominal *ela* e, mais adiante, na sequenciação tópica, pela forma *Matintaperera*. Assim, no decorrer da estrutura tópico-temática ora a referência recai em *Belízia*, como em *a velha Belízia*, uma expressão nominal definida, ora recai em *Matintaperera*; no caso, *nenhuma Matintaperera*, uma expressão nominal indefinida.

Como se pode observar, na descrição acima, a referência oscila entre a forma mais definida *Belízia* e a forma menos definida *Matintaperera*. Desse modo, no transcurso da atividade tópica, há uma espécie de instabilidade, na qual a construção da referência centra-se em dois núcleos: *Belízia* e *Matintaperera*. Como visto, *Matintaperera* retoma ou anaforiza a expressão *Belízia* ou *a velha Belízia*, a qual se apresenta como mais determinada na ação referencial. No contínuo tópico, o referente é relexicalizado pelas expressões nominais definidas *a bicha* e *a Matintaperera* e, a seguir, pela sequência nominal indefinida uns *assobios fortes*: - *Firifjifjuuuu...*; depois pela expressão já definida *os assobios* e pela forma *ela dobrava*: - *Firifjifju... Firifjifjuuuu...*, que, na construção do quadro tópico-temático-referencial, apontam para o referente introduzido inicialmente no texto, ativado da memória discursiva, estando, pois, integrado na rede conceitual do modelo de mundo textual, em que se constitui como pertencente à rede de sentidos/significações em circulação nesse mundo. Assim, a atividade referencial é sociocognitiva e culturalmente situada, constituindo-se em relações semântico-discursivas indiretas, dadas pelos próprios contextos em que são construídas.

No decurso do quadro tópico-referencial, diferentes expressões levam ao referente principal *Belízia*, introduzido inicialmente no texto, como em *continuamos*; *ela seguindo*; *assobiando*; *a casa dela*; *aquilo se afastou*; *não assobiou mais*; *os assobios recomeçaram*; *ela assobiou forte*; *aquilo*; *o assobio já estava longe...*; as quais, sob variadas formas de remissão, reconstroem o referente, sendo que a maioria dessas formas são expressões nominais definidas. No entanto, sua definição ancora-se propriamente no contexto sociocognitivo e cultural no qual as histórias de *Matintaperera* são contadas. Assim, “o reconhecimento” do referente não se faz por meio de propriedades estruturais e lexicais estritas, mas por meio de recursos de natureza sociopragmática, previamente dados pelo modelo do mundo textual.

Observe-se, a seguir, um outro excerto da narrativa 2.

Narrativa 2, segundo excerto:

#### A Velha Belízia

Cheguei sem mais problemas em casa, onde encontrei meu pai esperando por mim.

– Olha, ela não vinha junto contigo?

Eu disse: – Desde lá de fora. Era uma hora atrás, ou hora na frente.

Ela não te surrou porque ela te conhece. Mas ela está te amedrontando. Te conhece, senão tu tinhas apanhado. *Mas se tu continuares vai acabar apanhando...*

E eu falei: – Não, não vou apanhar porque eu não vou mais.  
 Aí eu não saí mais à noite, só de dia. Quando dava umas sete horas eu já vinha m'embora pra casa, porque eu fiquei com medo desta história toda...  
 O tempo passou. Anos mais tarde eu me casei e lá um belo dia D. Belízia encontra minha mulher e pede uns galhos de hortelanzinho para fazer um chá, pois ela estava com dor de barriga. Minha mulher disse que nós não tínhamos. Pra quê? D. Belízia foi dizendo:  
 – O que que não tem? Ainda esta noite eu estive lá e vi que teu marido tem um canteiro cheio de hortelã e tu me dizendo que não tem.  
 Aí minha mulher disse: – Então, se é que tem, vá lá apanhar...  
 E D. Belízia saiu resmungando: - Ora, dizendo que não tem. Se esta noite eu estive lá...  
 Minha mulher quando chegou me contou. E aí eu disse pra ela que toda noite realmente eu ouvia a *Matinta Perera* assobiar no meu quintal. Pois era ela, a D. Belízia! Sim, senhor, era ela, a sem vergonha!  
 E DD continuava dizendo que aquela *Matinta Perera* se transformava em vários bichos: podia ser *um porco*, um cachorro, um cavalo, uma galinha cheia de pintos. E quando duvidavam dela ou com ela mexiam, ela surrava as pessoas que apanhavam e não sabiam nem de onde era... Ela só se transformava em *galinha cheia de pinto* quando *estava acuada*... Pois aí as pessoas viam *aquilo* e não achavam que podia ser a *Matinta Perera*, mas era *ela* mesma! *Ela fazia muitas maldades* com as pessoas, *malinava mesmo*. Ano depois D. Belízia morreu. Dizem que *deixou sua herança de Matinta para uma sobrinha*... Eu não sei, porque logo depois eu me mudei... Mas dizem que *a sobrinha continuou*, pois que nos anos que se seguiram, ouvia-se por aquelas redondezas ao chegar da noite:  
 – Firififiiuu... Firififiiuu...

Na narrativa 2, segundo excerto, que é a continuação do texto desta mesma narrativa (do primeiro excerto), cujo título é *A Velha Belízia*, tem-se a presença de uma AI baseada no papel temático do verbo, trata-se do verbo *continuar*, manifesto na expressão *a sobrinha continuou*. Assim, considerando, aqui, as concepções teóricas de Tesnière (1977) relativas às valências verbais; e as formulações de Fillmore (1997), referentes à teoria dos casos e à teoria das Funções-Teta na perspectiva gerativista, noções contidas em Marcuschi (2005), postulo que o verbo em citação tem um papel temático do tipo comportamental, com funções argumentais e semânticas específicas: agente; animado; humano ou não humano (à esquerda) e objetivo animado ou não animado; humano ou não humano (à direita). As características desse verbo, considerando o contexto sociodiscursivo em que faz sentido e é validado, preenche funções semânticas próprias, significando, do ponto de vista de sua anaforização, “ter a sina de *Matintaperera*”, herdar seus poderes, de modo a fazer as malinações inerentes a essa personagem. Logo, é por esses conhecimentos pré-construídos - acerca de um modelo de texto em mobilização no contexto amazônico - que determinadas inferências podem ser realizadas. Desse modo, a expressão nominal definida *a sobrinha continuou* ancora as expressões *sua herança de Matinta; D. Belízia; Ela fazia muitas maldades; a Matinta Perera; estava acuada; galinha cheia de pintos*, etc., pelas quais esse referente é construído sociocognitivamente, estando o verbo *continuar*, em exemplo, constituído num papel temático específico, com propriedades semânticas também específicas, ligadas ao modelo do mundo textual e a uma prática cultural situada.

Observe-se a narrativa 3:

#### A Procissão de Gurupá

– Em 1942 eu era soldado da Polícia Militar e estava destacado na cidade de Gurupá. Sabe como é, não? A cidade não era grande e eu servia, junto com outro soldado, na delegacia local.  
 Quem assim vai falando é Francisco Rodrigues da Silva, mais conhecido por Velho, que, quando contou esta história, estava com 76 anos. Isto foi em 1997. E Velho prossegue.  
 – Uma noite estava dormindo na delegacia eu mais o dito soldado e o delegado. Lembro bem que era uma noite de sexta-feira e eu acordei para beber água.

Resolvi sair um pouco. Abri a porta, andei uns passos e, quando estava quase no meio da rua, olhei para os lados. Que vejo? *Uma procissão*. Sim senhor, *uma procissão*. Sim senhor, *uma procissão* àquela hora da noite! *Vinham rezando*. Corri para dentro da delegacia e gritei: – Seu delegado, seu delegado... Vem uma procissão por aí! Pôxa, a gente não sabia de nada! O senhor não avisou que a gente tinha que acompanhar a procissão?

O delegado exclamou todo apavorado: – Fecha a porta, fecha a porta. *Isto é coisa do cemitério...!*

Aí eu fechei a porta e fiquei olhando por uma brecha que tinha na parede. A procissão deu a volta e passou perto da delegacia e foi embora. Eu pude ver que iam dois padres *puxando as rezas*... Fui dormir apavorado! Mal consegui dormir...!

De manhã cedo quando fomos tomar café na casa que nos servia, contei o que tinha acontecido. E então ficamos sabendo que a tal procissão sempre aparecia em Gurupá, em noites de sexta-feira...

Observando a narrativa 3, verificamos que as anáforas, expressas nesse exemplo, enquadram-se nas AI baseadas em esquemas cognitivos e modelos mentais. Logo, este tipo de anáfora constitui-se de construções conceituais relativas a experiências e conhecimentos de mundo armazenados na memória de longo prazo dos indivíduos pertencentes a uma determinada cultura, o que os leva a reconhecerem sentidos inerentes a certas expressões de uso corrente no seu contexto social e cultural. Logo, a expressão verbal *vinham rezando* ancora sociocognitivamente a expressão nominal indefinida *uma procissão*, introduzida da memória discursiva, ativando o sentido por meio do qual tal expressão codifica experiências socialmente ratificadas.

Mais adiante, no mesmo excerto, a expressão *puxando as rezas* reconstitui, do ponto de vista sociodiscursivo e sociocognitivo, o sentido manifesto pela expressão nominal *a procissão*, que passa a ocupar, novamente, uma posição focal na cadeia referencial do contínuo da atividade tópico-temática do texto da narrativa em análise. Como visto, a expressão, *a(uma) procissão* contém, nesse contexto, sentidos ligados a uma prática culturalmente reconhecida e recorrente no lócus de produção das histórias em estudo.

Observe-se a narrativa 4:

#### O Lobisomem do Jenipapo

[...] Até que certa noite um rapaz, que era ajudante de Felipe, quando ouviu o barulho, foi espiar devagarinho pela janela e então viu...

– Rapaz, é um enorme de um porco...!

– Mas que porco, que aqui não tem porco? A fazenda é muito longe daqui e não vem porco pra cá...

– Mas o que eu vi foi um porco enorme fuçando no quintal!

Nada! Não tinha rastros de porco.

– Não disse que aqui não tinha porco?

– Mas é porco, sim, o que eu vi...!

Felipe não tinha espingarda nem outra arma, mas tinha um arpão na caixa de ferramentas. Foi buscar, amolou bem o arpão. Deixou bem encastado e disse decidido:

– Eu vou arpoar este bicho...!

Depois ele e os outros foram olhar todo o quintal procurando o lugar por onde o porco deveria entrar. Até que encontraram um buraco na cerca, da qual tinham tirado três estacas.

– Ó, tão vendo? É por aqui que o bicho entra...

Decidiram armar uma cilada e se esconderam. À noite, cerca de meia-noite, quando o porco começou a fuçar no quintal, eles apareceram com paus e o porco saiu correndo na direção do buraco da cerca. Foi quando Felipe, que também

estava de tocaia, apareceu e arpoou *o porco* na traseira. Mesmo arpoado, *o porco* fugiu pelo buraco...

O pessoal andava meio desconfiado do Manoel, *um caixeiro de outro comércio próximo*. Era *um rapaz muito pálido*, pálido mesmo. No dia seguinte se dirigiram ao comércio. Estava fechado. Gritaram por Manoel, que respondeu:

– Estou doente, com muita febre, não posso levantar. Se quiserem alguma coisa, podem tirar e deixem o dinheiro aí, que eu confio. A chave está aí debaixo da porta...

– A gente não pode te visitar, *rapaz?*

– Não, não! Não é grave...

Passou mais de uma semana com aquela arrumação de que não podia sair.

E o pessoal ia lá, se servia do café, do arroz, do feijão, do querosene, do fumo e ia deixando o dinheiro, que diz que ele pegava depois. A seguir ele foi melhorando e começou a aparecer.

Felipe dizia: – *É este camarada*. Vejam que *o porco* não apareceu mais enquanto ele estava recolhido. Não houve mais *remorso* nem *coisa nenhuma*... Acabou com a *marmota* que tinha lá.

Depois de algum tempo Felipe terminou o serviço do barco e seu auxiliar foi embora, mas Felipe continuou. Quando perguntavam o que ele ainda estava fazendo ali, respondia:

– É que eu quero ver *uma coisa*, só vou embora quando eu vir...

E todo mundo se perguntava o que seria...

*Manoel, o caixeiro*, ficou bom e até *sua cor* melhorou bastante, bem como ficou mais forte e até mais bonito.

Um dia, de repente, de tarde:

– Hê, pessoal, vamos tomar um banho, umbora, umbora...!

E assim, uns convidando os outros, foram todos para o igarapé que ficava próximo. Lá todo mundo tirou a roupa. Sabe como é, né? No interior todo mundo tira sua roupinha e se joga n'água. Quando *Manoel* tirou a roupa, aí Felipe disse:

– Agora, sim, acreditei...!

*Manoel* apresentava uma cicatriz na bunda como se produzida por arpão. Os dois se entreolharam e fizeram silêncio, quebrado por Felipe.

– Já posso ir embora!

Dias depois Felipe preparou-se para partir. Ao ir embora, *Manoel* perguntou:

– Por que só agora que vais embora?

– Porque eu queria ter a certeza que *o porco* que tinha aqui eras tu. E agora eu tenho!

*Manoel* ficou calado, não disse nada. Depois falou:

– Por que estás dizendo isto?

– Porque tu tens *a marca do meu arpão* aí na tua bunda, daquela noite em que te arpoei no quintal. Eu disse que só sairia daqui o dia em que visse *a marca*. Agora eu vi e já posso ir...

Para surpresa de Felipe, *Manoel* não somente admitiu como ainda falou:

– Rapaz, foi um favor que me fizeste. Graças a ti, acabou *o fado* que eu carregava...!

– Daí por que lhe digo que, tirar o sangue de *um bicho deste*, Lobisomem ou Matinta Perera, acaba *o seu fado!*”, concluiu o velho DD.

A narrativa acima, referente ao lobisomem, possui um estatuto singular, sendo ainda bastante recorrente no interior da Amazônia, o que corrobora o seu agrupamento nas narrativas sob análise.

Observando a narrativa 4, verificamos que esta também corrobora o tipo de anáfora indireta baseada em inferências ancoradas no modelo do mundo textual e em conhecimentos de mundo, com os quais os indivíduos interagem no universo biossocial de que fazem parte ou estão

imersos. Logo, no exemplo em descrição, a expressão nominal indefinida *um lobisomem*, posta em ação pela memória discursiva, é retomada por diferentes expressões, sem haver, nesse caso, um nexos correferencial estrito entre esta expressão e os elementos que a ancoram no contínuo da cadeia tópico-referencial que está sendo mobilizada. Assim, esta expressão é anaforizada primeiramente pela forma indefinida *remorso*, observando-se, nesse contexto, um nexos semântico-referencial indireto, em que operam restrições de natureza cultural situada. Nesse sentido, a forma *um remorso* não mantém uma correlação imposta por um campo semântico definido, mas por validações de âmbito contextual-discursivo em ação nos *loci*<sup>4</sup> em que as narrativas em apreciação são contadas.

No decurso da progressão temática, outras formas e expressões como *isto* (encapsulador); *um barulho esquisito*; *um bicho*; *um porco*; *nenhum porco*; *aquele inquietante ruído*; *porco* fazem remissão à expressão *um lobisomem*, colocada no início da história. No entanto, é propriamente o conhecimento de mundo, do contexto em que tais narrativas são contadas, que levam à conexão semântico-anafórica existente entre essas expressões.

Colocada, nesse caso, em estado de não lexicalização, mas presente na memória discursiva do narrador, a expressão referencial nodal volta a ser lexicalizada pelas formas *lobisomem* e *lobisomem do Jenipapo*; no entanto, no transcurso da história, passa a ser referenciada pelas expressões *o barulho*; *um enorme de um porco*; *porco*; *um porco enorme*; *rastros de porco*; *este bicho*; *o porco*; *o bicho* e, novamente, *o porco*, em que se verifica uma ligação semântica indireta e recursiva entre *porco* e *lobisomem*, muito embora, do ponto vista lexical estrito, essa ligação possa não fazer sentido. Entretanto, são as restrições e construções sociocognitivas e culturais que operam sentidos em circulação no contexto de produção de relatos como a história em análise.

Dando continuidade a história, observa-se, de acordo com a cadeia de sentidos em construção, que o referente *Manoel*, recategorizado pelas expressões nominais *um caixeiro de outro comércio próximo* e *um rapaz muito pálido*, também remetem anaforicamente ao referente central do tema em andamento *o(um) lobisomem*, consoante com processos metamórficos em mobilização nas comunidades em que histórias desse gênero<sup>5</sup> são (re)contadas. Nesse sentido, as expressões mencionadas constituem anáforas indiretas ancoradoras do referente temático em pauta, para o qual apontam retroativamente. Esse mesmo referente é anaforizado pela expressão *rapaz*; pela proforma *ele* e também por expressões como *este camarada*; *o porco*; *remorso*; *coisa nenhuma*; *marmota*; *uma coisa*; *Manoel*; *o caixeiro*; *sua cor*; *o porco*; *a marca do meu arção*; *na tua bunda*; *a marca*; *o fado*; *um bicho deste* e, finalmente, pela expressão *o seu fado*. Todas estas expressões tem a propriedade semântico-cognitiva e discursiva de fazer remissão não pontualizada ao elemento principal da cadeia de referência construída pelo produtor do texto. Isto referencia o fato de que esse produtor está inevitavelmente imerso no universo sociocognitivo-discursivo a partir do qual (re)constrói a teia dos sentidos de referência dos textos, como os textos aqui analisados.

Observe-se a narrativa 5:

#### O Carro da Velha

-Na estrada de nova Timboteua para Timboteua Velha, mais ou menos entre os quilômetros 10 e 11, acontecia um fato interessante na década de cinquenta: havia *um carro* que os moradores chamavam “*o carro da velha*”, do qual se ouvia *o barulho* e, quando de noite, se via *os faróis*, mas *o carro* não chegava nunca. *Desaparecia* antes de chegar no ponto de parada.

Quem assim vai falando é Trajano de Sousa, natural de Igarapé-Açu, que quando contou esta história, em 1992, tinha setenta e seis anos.

<sup>4</sup> A palavra *loci*, no contexto deste trabalho, inclui as diferentes comunidades amazônicas nas quais histórias, como as aqui analisadas, são (re)contadas.

<sup>5</sup> A expressão gênero significa, neste contexto, gênero discursivo/textual, conforme proposto por Bakhtin (2010; 2016) e Marcuschi (2007), em seus trabalhos.

-Eu, então bem mais jovem, tinha aquela prosa de dizer que quando visse *o tal carro da velha* mandaria parar e embarcaria nele, para descobrir o que era e qual o seu mistério.

Naquela época, a estrada era muito ruim, muito mato, muito buraco, e numa certa noite eu tinha de deixar um fardo de fibra na casa do meu cunhado, para embarcar no dia seguinte de manhã. Morava a cerca de quilômetro e meio da estrada, por isso é que tinha que levar de véspera. Aí eu já ficava mesmo na beira da estrada, o que facilitava muito, pois a casa de meu cunhado era justamente ali.

Levei o fardo de fibra e fui dormir em casa, dizendo que voltava de madrugada, pois *o carro da linha* deveria passar de manhã cedo, cerca de cinco horas.

Acordei e fui pra casa de meu cunhado só de calção, segurando a roupa para não sujar, quando ouvi o barulho do motor do carro que se aproximava. Aí eu corri pelo caminho, que era também muito ruim e cheio de mato. Meu cunhado, que já estava acordado, me esperando, viu minha agonia e gritou:

-Não te preocupa que eu mando parar o carro!

Eu respondi: - É, mas não posso ir quase nu.

E parei para acabar de me vestir.

Continuei andando já todo pronto e cheguei à casa de meu cunhado, que tinha uma parte aberta na frente, onde ficamos dois sentados em cima do fardo de fibra, esperando *o carro da linha*.

Só que o barulho do motor do carro foi diminuindo, assim como foi diminuindo a luz dos faróis, até não se ouvir nem se ver mais nada.

*O carro da linha* mesmo só passo carro ou às sete da manhã, quando então embarquei com meu fardo de fibra.

E eu e meu cunhado chegamos à conclusão que *o carro das cinco horas* era *o carro da velha*.

Meu cunhado, depois, disse gravemente: - É, tu desafiaste *o carro da velha*, dizendo inclusive que querias embarcar nele. Pois se eu não estou aqui, tu tinhas embarcado mesmo...!

Como observado, a narrativa 5 expressa AI sem antecedente no próprio cotexto. Anáforas dessa natureza não constam do rol das anáforas indiretas em sentido mais estrito, conforme preconizado por Marcuschi (2006). No entanto, em razão do fato de não ancorarem diretamente um referente já posto no próprio cotexto, mas, sim, um referente ou referentes situados no mundo extratextual, marcando ou indiciando elementos advindos de uma memória sociodiscursiva compartilhada, decidi incluir esse tipo de anáfora na classificação proposta neste trabalho. Por esta perspectiva, tais anáforas podem remeter a todo um conjunto de práticas/sentidos alocados tanto na memória discursiva quanto a significações em mobilização no contexto de produção das narrativas em estudo, para os quais confluem expressões muito peculiares, por meio do que um dado universo biossocial, como o universo em pauta, é construído e feito sentido para os sujeitos que o integram.

Observa-se então, no exemplo em discussão, que a expressão nominal *um carro*, introduzida da memória discursiva, passa a ser reintroduzida pela expressão definida "*o carro da velha*", sendo retomada, no mesmo parágrafo, pelas formas nominais: *o qual*; *o barulho*; *os faróis*; *o carro* e pela forma verbal *desaparecia*, os quais, de maneira mais direta ou indireta, apontam para o referente nuclear "*o carro da velha*". É importante destacar que esta expressão já se apresenta como definida, ancorando um sentido situado do mundo extratextual. Logo, por estar definido, o referente já é conhecido e partilhado no universo sociodiscursivo evocado pelo produtor textual, do qual também faz parte. Assim, essa expressão carrega todo um conjunto de significações situadas e pré-construídas nos domínios do mundo biossocial, nos quais o sentido instalado pela forma *o carro da velha* ampara o que está previamente feito sentido e dito nesses domínios.



Mais adiante, no decurso de atividade narrativa, o referente em questão é retomado endoforicamente pelas expressões *o tal carro da velha; nele e seu mistério*. Cumpre esclarecer que essa expressão concerne a domínios sociodiscursivos e sociocognitivos, em que histórias referentes ao que é nomeado e categorizado como *o carro da velha* demarca e remete a sentidos em circulação no contexto de produção de narrativas como a que está aqui sendo analisada.

Ainda no decurso da atividade tópica, o referente em questão é reconstruído por diferentes expressões, de modo que estas passam ancorá-lo, dentre tais expressões tem-se: *o barulho do motor do carro; o carro; o carro da linha*, para, finalmente, ser novamente ativado pelas expressões definidas *o carro das cinco horas e o carro da velha*. Este referente é, portanto, retomado, em toda a cadeia referencial, pelas mais variadas formas. No entanto, quando ativado, faz remissão a um conglomerado de significações postas, como visto, não só na materialidade da arquitetura textual ou do próprio cotexto, mas, sobretudo, num conjunto de dizeres/narrações situados nesse universo. Nesse sentido, a expressão *o carro da velha* indicia anaforicamente conhecimentos de mundo socialmente partilhados, já que esta expressão encapsula diversas histórias (re)contadas acerca desse referente. Logo, é a sua remissão exofórica ao extracontexto que faz com que se possa concebê-la como uma anáfora indireta, ativando-se, nesse caso, elementos do contexto cultural específico em que narrativas como esta são produzidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que os dados apresentaram, as narrativas de Assombrações e Visagens foram as que mais revelaram a utilização de anáforas indiretas, tendo-se, logo após, as narrativas de Matinta. Assim, é válido afirmar que essa ocorrência se dê em razão de uma prática cultural recorrente no concerne à contação dessas histórias em comunidades amazônicas. Por outro lado, o conhecimento sociocognitivo partilhado pelas populações que habitam esse universo pode contribuir para o uso recursivo de processos ligados à construção de anáforas indiretas, quando da produção de textos de narrativas como as que são objeto de estudo desta pesquisa.

É válido ainda argumentar acerca do fato que um conhecimento mais acurado sobre a construção de narrativas de Matintaperera e Assombrações e Visagens, envolvendo fatores socioculturais específicos, deva levar à construção de estratégias referenciais indiretas no processo de produção desses artefatos simbólicos. Nesse sentido, como os elementos dessa construção são tributários do contexto peculiar de onde emanam essas histórias, é possível afirmar que formas partitivas, meronímicas, metonímicas e associativas indiretas levem à remissão a personagens como a Matintaperera e a personagens de Assombrações e Visagens, assim como a *loci*, tempo, eventos e fatos ligados a estes referentes, sendo-lhes, nesse caso, sociocognitivamente relacionados ou conexionsados, sem a exigência de uma explicitude mais direta acerca dessas entidades. Por essa perspectiva, formas indiciárias se apresentam discursivamente suficientes para a efetivação da atividade referencial realizada pelo produtor das narrativas em análise.

Considerando o exposto, postulo que as formas indiciárias ou partitivas de anaforização indireta não são, como já dito, insuficientes e incompletas, mormente quando indiciam relações de sentido já postas previamente nos contextos sociocognitivo e sociodiscursivo nos quais as narrativas sob análise são (re)contadas. Logo, a mobilização dessas formas demarca construções de sentido ligadas ou imbricadas nas atividades narrativas, que são, por natureza, situadas nos contextos nos quais essas histórias são produzidas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APOTHÉLOZ, Denis; REICHLER-BÉGUELIN, Marie-José. **Construction d la reference et Strategies de désignation**. In: BERRENDONNE, R, A; REICHLER-BÉGULIN, M.-J. (eds). Du syntagme nominal aux objets-de-discours. Neuchâtel, p. 227-71, 1999.



SCHWARZ, M. **Indirekte Anaphern in Texten.** Studien zur domangebundenen Referenz und Kohärenz im Deutschen. Tübingen: Niemeyer, 2000.

TOMASELLO, M. **Origens culturais da aquisição do conhecimento humano.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TESNIÈRE, L. **Éléments de syntaxe structurale.** Paris: Klincksieck, 1977.

Submetido em 13-06-2022

Aceito em 08-09-2022